



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo

DECRETO Nº. 6.997, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a homologação da Deliberação CME/PP nº 004/2022, que dispõe sobre o Processo Anual de Atribuição de Classes e Aulas ao Pessoal Docente do Quadro do Magistério.

ANTONIO TAKASHI SASADA (ANTIAN), Prefeito do Município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo, usando de atribuições que são conferidas pela legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Deliberação CME/PP nº 004, de 18 de novembro de 2022, do Conselho Municipal de Educação, que dispõe sobre o Processo Anual de Atribuição de Classes e Aulas ao Pessoal Docente do Quadro do Magistério.


Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista-SP, 21 de novembro de 2022.


ANTONIO TAKASHI SASADA (ANTIAN)
Prefeito

REGISTRADO nesta Secretaria em livro próprio, na data supra e PUBLICADO por Edital afixado em lugar público de costume.


LÍBIO TAIETTE JÚNIOR
Chefe de Gabinete

Publicação: Diário Oficial Eletrônico do Município Data: 24/11/2022 Edição: 447, p. 2
Visto do servidor responsável: 



DELIBERAÇÃO CME/PP nº 004/2022

Dispõe sobre o Processo Anual de Atribuição de Classes e Aulas ao Pessoal Docente do Quadro do Magistério.

O Conselho Municipal de Educação (CME) da Estância Turística de Paraguaçu Paulista – SP, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno e de acordo com a Lei nº 9394/96,

Considerando a necessidade de estabelecer normas e procedimentos que assegurem a legalidade e transparência do processo de atribuição de classes e aulas:

DELIBERA:

I – Das Disposições Preliminares

Art. 1º Designar-se-á uma Comissão de Atribuição de Classes e Aulas para execução, coordenação, acompanhamento e supervisão do Processo, estando sob responsabilidade daquela todas as etapas deste durante o ano em curso.

II – Do Professor Efetivo

Art. 2º Compete ao Diretor da Unidade Escolar, observadas as normas legais e respeitada classificação dos docentes PEB I e PEB II, atribuir classes da sua unidade, no processo inicial.

§ 1º Compete à Comissão de Atribuição de Aulas, observadas as normas legais e respeitada a classificação dos docentes, atribuir aulas nas unidades escolares e no Departamento Municipal de Educação durante o ano letivo em curso.

III – Da Jornada de Trabalho

Art. 3º Os ocupantes dos cargos docentes de Professor de Educação Básica I do Quadro do Magistério Municipal, atuantes na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, ficam sujeitos à jornada de trabalho semanal de 30 (trinta horas) de 60 (sessenta) minutos equivalentes a 36 (trinta e seis) aulas de 50 (cinquenta) minutos, sendo:

- 24 (vinte e quatro) aulas de (50 minutos) em atividades com alunos; e
- 12 (doze) aulas de (50 minutos) de trabalho pedagógico, das quais 2 (duas) aulas de (50 minutos) cumpridas na Unidade Escolar, coletivamente com seus pares e 10 (dez) aulas de (50 minutos) em local de livre escolha docente.



Art. 4º Os ocupantes dos cargos docentes de Professor de Educação Básica II do Quadro do Magistério Municipal ficarão sujeitos às seguintes jornadas de trabalho semanais:

I) Jornada Inicial: 24h10min (vinte e quatro horas e dez minutos) de 60 (sessenta) minutos equivalentes a 29 (vinte e nove) aulas de 50 (cinquenta) minutos, sendo:

- 19 (dezenove) aulas de 50 (cinquenta) minutos em atividades com alunos; e
- 10 (dez) aulas de 50 (cinquenta) minutos de trabalho pedagógico, das quais 2 (duas) aulas de 50 (cinquenta) minutos cumpridas na Unidade Escolar, coletivamente com seus pares, e 8 (oito) aulas de 50 (cinquenta) minutos em local de livre escolha docente.

II) Jornada Básica: 30h (trinta horas) de 60 (sessenta) minutos equivalentes a 36 (trinta e seis) aulas de 50 (cinquenta) minutos, sendo:

- 24 (vinte e quatro) aulas de 50 (cinquenta) minutos em atividades com alunos; e
- 12 (doze) aulas de 50 (cinquenta) minutos de trabalho pedagógico, das quais 2 (duas) aulas de 50 (cinquenta) minutos cumpridas na Unidade Escolar, coletivamente com seus pares, e 10 (dez) aulas de 50 (cinquenta) minutos em local de livre escolha docente.

III) Jornada Integral: 40h (quarenta horas) de 60 (sessenta) minutos equivalentes a 48 (quarenta e oito) aulas de 50 (cinquenta) minutos, sendo:

- 32 (trinta e duas) aulas de 50 (cinquenta) minutos em atividades com alunos; e
- 16 (dezesesseis) aulas de 50 (cinquenta) minutos de trabalho pedagógico, das quais 4 (quatro) aulas de 50 (cinquenta) minutos cumpridas na Unidade Escolar, coletivamente com seus pares, e 12 (doze) aulas de 50 (cinquenta) minutos em local de livre escolha docente.

Art. 5º A Jornada Integral de Trabalho Docente efetivar-se-á somente quando o Professor constituir Jornada em uma única Unidade Escolar.

Parágrafo Único. O Professor que optar por Jornada Integral e não conseguir constituir em uma mesma Unidade Escolar, automaticamente, a sua jornada será efetivada pela Jornada Básica.

Art. 6º Para cumprimento do disposto nos artigos anteriores, as jornadas de trabalho docente são compostas de aulas com duração de 50 (cinquenta) minutos.

§ 1º Os docentes não efetivos, que não estão sujeitos às jornadas previstas no artigo anterior, serão atribuídos conforme a carga horária que, efetivamente,



vierem a cumprir, observada a tabela seguinte, que também se aplica aos efetivos cuja carga horária atual ultrapasse o número de horas da jornada de trabalho em que estejam incluídos.

CARGA HORÁRIA MENSAL (HORAS)	CARGA HORÁRIA SEMANAL (HORAS)	AULA DE 50 MINUTOS		
		COM ALUNOS	TRABALHO PEDAGÓGICO	
			NA ESCOLA	LOCAL LIVRE
200	40	32	4	12
195	39	31	3	12
190	38	30	3	12
185	37	29	3	12
175	35	28	3	11
170	34	27	2	11
165	33	26	2	11
160	32	25	2	11
150	30	24	2	10
145	29	23	2	9
140	28	22	2	9
135	27	21	2	9
125	25	20	2	8
120,50	24h10	19	2	8
115	23	18	2	7
110	22	17	2	7
100	20	16	2	6
95	19	15	2	5
90	18	14	2	5
85	17	13	2	5
75	15	12	2	4
70	14	11	2	3
65	13	10	2	3
60	12	9	2	3
50	10	8	2	2
45	9	7	2	1
40	8	6	2	1
35	7	5	2	1
25	5	4	2	0
20	4	3	1	0
15	3	2	1	0
10	2	1	1	0

§2º A atribuição do número máximo de aulas ao docente fica condicionada à existência de aulas disponíveis na Rede Municipal de Ensino de Paraguaçu Paulista, atendidos todos os classificados na constituição de jornada.

§ 3º A atribuição de aulas ao PEB II para completar a constituição de jornada, esgotadas as aulas da disciplina do cargo, dar-se-á com aulas livres das disciplinas não específicas da mesma licenciatura, porém sempre após atendimento aos titulares de cargo específicos dessas disciplinas.



§ 4º O aumento de carga horária ao docente titular de cargo, que se encontre afastado a qualquer título, somente será concretizado, para todos os fins, na efetiva assunção de seu exercício.

Art. 7º As aulas do curso de Educação de Jovens e Adultos – EJA/Suplência (5º ao 8º ano) apenas poderão ser atribuídas para compor a jornada de trabalho, desde que haja continuidade de classes/aulas no 2º semestre.

§ 1º Para fins de dispensa ou redução de carga horária do docente com aulas atribuídas no curso de Educação de Jovens e Adultos, considera-se como término do primeiro semestre o primeiro dia letivo do segundo semestre.

§ 2º A classe do curso de Educação de Jovens e Adultos – EJA/Suplência (1º ao 4º ano) será atribuída para docente temporário, compondo a jornada inicial.

Art. 8º As horas de trabalho pedagógico revestem-se de duas modalidades: aquelas que devem ser cumpridas na escola para a realização de reuniões, de outras atividades pedagógicas, de estudos e de atendimento a pais de alunos e aquelas que devem ser cumpridas em local de livre escolha do docente, destinados à preparação de aulas e à avaliação do desempenho escolar dos alunos.

§ 1º As horas de trabalho pedagógico integram as jornadas de trabalho dos docentes, sendo, portanto, obrigatórias.

§ 2º Conforme o art. 6º, a tabela dispõe sobre a quantidade de horas de trabalho pedagógico a serem cumpridas, tanto na escola quanto em local de livre escolha, de acordo com a quantidade de aulas atribuídas.

§ 3º Os Professores de Educação Básica I do Quadro do Magistério Municipal, atuantes na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental regentes de salas de aula devem cumprir o HTPC (hora de trabalho pedagógico coletivo) no contraturno de trabalho, com seus pares, em sua Sede de Exercício, às terças-feiras.

§ 4º Os Professores do Ensino Fundamental II devem cumprir o HTPC (hora de trabalho pedagógico coletivo), em sua Sede de Exercício, às quartas-feiras, a partir das 18 horas.

IV – Da Carga Suplementar

Art. 9º Para os docentes efetivos com aulas atribuídas a título de Carga Suplementar e para os docentes não efetivos, aos quais não se aplicam as jornadas de trabalho docente, aplicar-se-á a Tabela prevista no art. 6º.

Art. 10 Ao docente titular de cargo, poderá ser atribuída Carga Suplementar, desde que feita a opção no Anexo I, obedecida sua classificação, respeitado o



limite máximo estabelecido.

§1º Considera-se docente titular o servidor efetivo possuidor de classe/aulas próprias.

§2º Os docentes titulares (efetivos) que tenham atribuídas para si aulas e/ou projetos a título de carga suplementar, caso venha a desistir da referida carga suplementar ficarão impedidos de participar do processo de atribuição de qualquer modalidade de classes/aulas e/ou projetos para o mesmo ano letivo, conforme previsto nesse parágrafo e de acordo com o artigo 34 da presente deliberação.

Art. 11 O professor que for convidado para exercer cargo comissionado, aceitando o encargo (convite), obrigatoriamente, deverá desistir da Carga Suplementar, sendo afastado pelo cargo exercido atualmente, excluída a Carga Suplementar, não mais fazendo jus aos proventos referentes à referida carga.

V – Da Sede de Exercício

Art. 12 Aos docentes titulares de cargo PEB I, a Sede de Exercício é fixada na Unidade Escolar em que exercem seus cargos.

Art. 13 Aos docentes titulares de cargo PEB II, a Sede de Exercício é fixada na Unidade Escolar que tiver maior número de aulas atribuídas.

VI – Do Acúmulo de Cargos

Art. 14 Quanto à situação de Acúmulo de Cargo, será observado o Decreto Estadual nº 41.915/97, a Lei Complementar nº 836/97, art. 12, § 2º, e a Lei Complementar nº 1.207/2013, art. 3º, inciso II, § II, os quais prevêem que, na hipótese de acumulação de dois cargos docentes, a carga total não poderá ultrapassar o limite de 65 horas semanais.

§ 1º O intervalo entre as jornadas de trabalho dos cargos poderá ser reduzido até o mínimo de 15 minutos, quando se tratarem de escolas da Rede Municipal de Paraguaçu Paulista.

§ 2º Constatado, em qualquer momento, o não cumprimento dos itens anteriores, o Acúmulo de Cargo será negado ou revogado.

VII – Docente Adido

Art. 15 O docente que não tiver sua constituição de jornada preenchida inicialmente será declarado Adido junto ao Departamento Municipal de Educação e deverá, obrigatoriamente, participar das atribuições, devendo assumir, conforme a ordem abaixo:



- I - classes/aulas livres em qualquer Unidade Escolar;
- II - substituições em qualquer Unidade Escolar;
- III - classes/aulas livres que vierem a ser criadas, em qualquer momento;
- IV - oficinas e projetos.

Parágrafo Único. Para descaracterizar a situação de adido, o docente deverá assumir classes/aulas livres.

VIII – Do Readaptado

Art. 16 Interrompida a Readaptação do docente no decorrer do ano letivo, ficará o mesmo Adido junto ao Departamento Municipal de Educação e deverá, obrigatoriamente, participar das atribuições a partir da cessação da readaptação, devendo assumir as aulas a ele atribuídas, nos termos do art. 17.

§ 1º O titular de cargo declarado Adido será remunerado no mesmo valor que recebia quando Readaptado, até que lhe seja atribuída nova carga, de acordo com o art. 17.

§ 2º O titular de cargo declarado Adido poderá participar do processo de remoção no decorrer do ano letivo.

IX – Da Atribuição

Art. 17 A atribuição de classes/aulas, no processo inicial, obedecerá às seguintes etapas:

PEB I – na Unidade Escolar

INTERESSADOS	ATRIBUIÇÃO	RESPONSÁVEL
Titular de cargo	Constituição de jornada	Diretor de Escola

PEB II – na Unidade Escolar

INTERESSADOS	ATRIBUIÇÃO	RESPONSÁVEL
Titular de cargo	Constituição de jornada	Diretor de Escola

PEB II – no Departamento Municipal de Educação

INTERESSADOS	ATRIBUIÇÃO	RESPONSÁVEL
Titular de cargo	Constituição de jornada não atendida na UE	Comissão de Atribuição

PEB I e PEB II – no Departamento Municipal de Educação

Titular de cargo – adido – PEB I e PEB II	Constituição de jornada	Comissão de Atribuição
---	-------------------------	------------------------

PEB I e PEB II – no Departamento Municipal de Educação

INTERESSADOS	ATRIBUIÇÃO	RESPONSÁVEL
Titular de cargo PEB I e PEB II (art. 32)	Substituição de professor efetivo afastado por professor efetivo	Comissão de Atribuição



PEB I e PEB II – no Departamento Municipal de Educação

INTERESSADOS	ATRIBUIÇÃO	RESPONSÁVEL
Titular de cargo PEB I e PEB II	Carga Suplementar	Comissão de Atribuição

§ 1º A atribuição de classes/aulas do ano letivo de 2023 para professores PEB I e PEB II Efetivos, Adidos, dar-se-á de acordo com memorando, portaria ou edital específico expedido pelo Departamento de Educação, em data oportuna.

Art. 18 Ao Professor que não constituir sua jornada de trabalho nas datas, conforme cronograma do art. 17, § 1º, caso não compareça nas datas das atribuições, serão atribuídas aulas ou salas em *ex-officio*, a cargo da Comissão de Atribuição.

X – Do professor admitido em caráter temporário

Art. 19 Compete à Comissão de Atribuição, observadas as normas legais e respeitada a classificação dos docentes PEB I e PEB II, atribuir aulas, salas e projetos remanescentes do processo inicial e no decorrer do ano letivo vigente.

Parágrafo único. A forma de atribuição do professor temporário será realizada adequando-se ao designado pela Comissão constituída para tal ato, podendo acontecer individualmente ou em bloco/grupo de aulas, conforme oportunidade e conveniência da Administração, para melhor adequação do quadro.

Art. 20 Aos professores temporários, será respeitada a ordem de classificação, obtida de acordo com o Processo Seletivo realizado para este fim.

Art. 21 A carga horária do PEB I é 30 (trinta) horas de 60 (sessenta) minutos equivalentes a 36 (trinta e seis) aulas de 50 (cinquenta) minutos, sendo:

- 24 (vinte e quatro) aulas de 50 (cinquenta) minutos em atividades com alunos; e
- 12 (doze) aulas de 50 (cinquenta) minutos de trabalho pedagógico, das quais 2 (duas) aulas de 50 (cinquenta) minutos cumpridas na Unidade Escolar, coletivamente com seus pares, e 10 (dez) aulas de 50 (cinquenta) minutos em local de livre escolha docente.

Art. 22 A carga horária do PEB II não poderá ser superior a 40 horas de 60 (sessenta) minutos equivalentes a 48 (quarenta e oito) aulas de 50 (cinquenta) minutos sendo: 32 (trinta e duas) aulas de 50 (cinquenta) minutos em atividades com alunos; e 16 (dezesesseis) aulas de 50 (cinquenta) minutos de trabalho pedagógico, das quais 4 (quatro) aulas de 50 (cinquenta) minutos cumpridas na Unidade Escolar, coletivamente com seus pares, e 12 (doze) aulas de 50 (cinquenta) minutos em local de livre escolha docente.



Parágrafo Único. O professor admitido em caráter temporário, submetido ao Processo Seletivo para Atribuição de Classes/Aulas, será regido pela CLT.

Art. 23 O PEB II temporário terá fixada sua Sede de Exercício na Unidade Escolar em que tiver maior número de aulas atribuídas.

Art. 24 O PEB I temporário terá fixada sua Sede de Exercício na Unidade Escolar em que lhe foi atribuída a classe.

Art. 25 O Professor de Educação Básica Substituto Efetivo PEB I e PEB II possui como Sede de Exercício o Departamento Municipal de Educação e será classificado de acordo com o tempo de serviço e os títulos apurados, obedecida a ordem decrescente de pontuação.

Art. 26 A atribuição de classes/aulas remanescentes do processo inicial aos professores temporários obedecerá às seguintes etapas:

PEB I – no Departamento Municipal de Educação

INTERESSADOS	ATRIBUIÇÃO	RESPONSÁVEL
Temporário PEB I	Atribuição de classes remanescentes	Comissão de Atribuição

PEB II – no Departamento Municipal de Educação

INTERESSADOS	DISCIPLINA	ATRIBUIÇÃO	RESPONSÁVEL
Temporário PEB II	Português e Inglês	Aulas remanescentes	Comissão de Atribuição
Temporário PEB II	História e Geografia	Aulas remanescentes	Comissão de Atribuição
Temporário PEB II	Matemática e Ciências	Aulas remanescentes	Comissão de Atribuição
Temporário PEB II	Artes	Aulas remanescentes	Comissão de Atribuição
Temporário PEB II	Educação Física	Aulas remanescentes	Comissão de Atribuição
Temporário PEB II	Educação Especial	Aulas remanescentes	Comissão de Atribuição
Temporário PEB II	Educação Especial com Habilitação em Libras	Aulas remanescentes	Comissão de Atribuição

Art. 27 As datas para a realização das etapas previstas neste artigo serão definidas em memorando, portaria ou edital específico, emitida pelo Departamento Municipal de Educação, em data oportuna.

XI – Dos Projetos Especiais

Art. 28 A atribuição dos Projetos Especiais dar-se-á no início das aulas, pela Comissão de Atribuição de Aulas, e serão regida por portaria ou deliberações



específicas, emitidas pelo Departamento Municipal de Educação, em data oportuna.

XII – Das Disposições Finais

Art. 29 Na existência de matrículas para o Ensino Religioso, estas serão atribuídas exclusivamente aos inscritos habilitados em História, como disciplina específica do cargo, e aos habilitados em Ciências Sociais e Filosofia, como disciplina não específica destas licenciaturas, para compor cargo do titular efetivo.

Art. 30 Os docentes pertencentes ao Programa de Parceria (Estado/Município) deverão apresentar, imediatamente, junto ao Departamento Municipal de Educação, comprovante da quantidade de aulas atribuídas pela Escola Estadual da qual o docente encontra-se afastado, para, junto a este Município, o atendimento ao Ensino Fundamental, de acordo com o Convênio de Parceria, instituído pelo Decreto nº 51.673, de 19 de março de 2007.

Art. 31 O docente que não comparecer ou não se comunicar com a Unidade Escolar no primeiro dia útil subsequente à atribuição perderá a classe ou as aulas e ficará impedido de concorrer a novas atribuições.

Art. 32 As classes e aulas dos titulares de cargo afastados a qualquer título poderão ser oferecidas aos professores efetivos, em caráter substitutivo, até 31/12 do ano em curso.

§ 1º Os professores efetivos que assumirem classes/aulas em caráter substitutivo estão obrigados à permanência até 31/12 do ano em curso.

§ 2º No caso de reassunção do titular do cargo ofertado, o professor que o substituiu retornará, em qualquer tempo, às suas aulas de origem.

Art. 33 As classes e aulas remanescentes de que tratam o artigo anterior, após ofertadas aos professores efetivos, poderão ser atribuídas, em substituição, no Departamento Municipal de Educação, para docentes temporários, os quais, para participar do processo de atribuição, deverão entregar cópias simples do RG, diploma ou Certificado de Conclusão e Histórico Escolar, que ficarão retidas pela mesa da atribuição, bem como estar de posse do original desses documentos ou de cópias autenticadas.

Parágrafo Único. A substituição a que se refere o *caput* deste artigo será por tempo determinado, respeitada a data limite do Calendário Escolar do ano em curso ou até a reassunção do titular.

Art. 34 Os docentes titulares (efetivos) ou não (não efetivos) que venham a desistir de classes/aulas e/ou projetos ou venham a ser desligado com a perda de aulas e/ou projeto nos termos da deliberação que institui os projetos pedagógicos existentes no Município (apoio pedagógico e informática), ficarão impedidos de participar do processo de atribuição de qualquer modalidade de



classes/aulas e/ou projetos para o mesmo ano letivo, bem como de assumir substituições eventuais.

§ 1º O docente temporário que faltar às aulas de uma determinada classe, sem motivo justo no(s) dia(s) de seu horário semanal nesta classe, por 2 (duas) semanas consecutivas ou 4 (quatro) interpoladas, perderá as aulas da classe, ficando impedido de participar de outras atribuições durante o ano.

§ 2º É permitida ao docente temporário a desistência de aulas, com finalidade de redução de Unidade Escolar, com número igual ou maior ao que ministra.

Art. 35 Os docentes titulares de cargo que não optarem, ou que venham a desistir da carga suplementar já atribuída, ficarão impedidos de participar do processo de atribuição de qualquer modalidade de classes/aulas e/ou projetos para o mesmo ano letivo.

§ 1º É permitido aos docentes titulares de cargo a desistência das aulas suplementares, com finalidade de redução de Unidade Escolar, com número igual ou maior ao que ministra.

Art. 36 Ficam estabelecidas sessões de atribuição de classes e aulas, a cargo da Comissão de Atribuição de Aulas, no decorrer do ano letivo, referentes às aulas ainda remanescentes ao processo inicial e àquelas que surgirem ao longo do ano.

§ 1º As substituições de período superior a trinta dias de classes/aulas serão divulgadas com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da sessão de atribuição, por meio de memorando, afixado no Departamento Municipal, para conhecimento dos interessados.

§ 2º No ato da atribuição, necessariamente, o docente interessado deverá entregar cópias simples do RG, do diploma ou Certificado de Conclusão e do Histórico Escolar, bem como estar de posse do original desses documentos ou de cópias autenticadas.

§ 3º As sessões de atribuição a que se refere o *caput* deste artigo serão realizados sempre às quartas-feiras, no Departamento Municipal de Educação, às 9h, para o PEB I e, às 10h, para o PEB II.

§ 4º As classes e aulas de titulares ou não, afastados por período igual ou inferior a trinta dias, deverão ser atribuídas na própria Unidade Escolar, uma vez que o Diretor de Escola poderá optar:

- a) pelo professor efetivo da Unidade Escolar (respeitando a classificação dos professores efetivos da UE);
- b) pelo professor efetivo da Rede Municipal (respeitando a classificação dos professores efetivos da Rede Municipal); e
- c) pelo professor do processo seletivo vigente.



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua XV de Novembro, 714, Centro – Telefone: (18) 3361 8440
Estância Turística de Paraguaçu Paulista – São Paulo – CEP 19700-015
E-mail: educacao@eparaguacu.sp.gov.br

Art. 37 Os professores Readaptados serão classificados entres seus pares, mas não terão classes/aulas atribuídas.

Art. 38 Os recursos referentes ao processo de atribuição de classes/aulas não terão efeito suspensivo nem retroativo e deverão ser interpostos no prazo de 2 (dois) dias úteis após a ocorrência do fato motivador, dispondo a autoridade recorrida de igual prazo para decisão.

Art. 39 Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Conselho Municipal de Educação da Estância Turística de Paraguaçu Paulista,
18 de novembro de 2022.


Conselheira – Edilene Cristina de Castro Palma



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA - SP

Imprensa Oficial Instituída pela Lei Municipal nº 3.360/2021
Decreto nº 6.675 de 14 de Janeiro de 2021



Quinta-Feira, 24 de Novembro de 2022

Ano I | Edição nº 447

Página 2 de 39

Poder Executivo

Secretaria de Gabinete-GAP

DECRETO Nº. 6.997, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a homologação da Deliberação CME/PP nº 004/2022, que dispõe sobre o Processo Anual de Atribuição de Classes e Aulas ao Pessoal Docente do Quadro do Magistério.

ANTONIO TAKASHI SASADA (ANTIAN), Prefeito do Município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo, usando de atribuições que são conferidas pela legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Deliberação CME/PP nº 004, de 18 de novembro de 2022, do Conselho Municipal de Educação, que dispõe sobre o Processo Anual de Atribuição de Classes e Aulas ao Pessoal Docente do Quadro do Magistério.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista-SP, 21 de novembro de 2022.

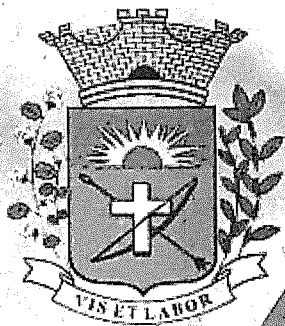
ANTONIO TAKASHI SASADA (ANTIAN)

Prefeito

REGISTRADO nesta Secretaria em livro próprio, na data supra e PUBLICADO por Edital afixado em lugar público de costume.

LÍBIO TAIETTE JÚNIOR

Chefe de Gabinete



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA - SP

Imprensa Oficial Instituída pela Lei Municipal nº 3.360/2021
Decreto nº 6.675 de 14 de Janeiro de 2021



Quinta-Feira, 24 de Novembro de 2022

Ano I | Edição nº 447

Página 3 de 39

Secretaria de Gabinete-GAP



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua XV de Novembro, 714, Centro – Telefone: (18) 3381 8440
Estância Turística de Paraguaçu Paulista – São Paulo – CEP 19700-015
E-mail: educacao@eparaguacu.sp.gov.br

DELIBERAÇÃO CME/PP nº 004/2022

Dispõe sobre o Processo Anual de Atribuição de Classes e Aulas
ao Pessoal Docente do Quadro do Magistério.

O Conselho Municipal de Educação (CME) da Estância Turística de Paraguaçu Paulista – SP, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno e de acordo com a Lei nº 9394/96,

Considerando a necessidade de estabelecer normas e procedimentos que assegurem a legalidade e transparência do processo de atribuição de classes e aulas:

DELIBERA:

I – Das Disposições Preliminares

Art. 1º Designar-se-á uma Comissão de Atribuição de Classes e Aulas para execução, coordenação, acompanhamento e supervisão do Processo, estando sob responsabilidade daquela todas as etapas deste durante o ano em curso.

II – Do Professor Efetivo

Art. 2º Compete ao Diretor da Unidade Escolar, observadas as normas legais e respeitada classificação dos docentes PEB I e PEB II, atribuir classes da sua unidade, no processo inicial.

§ 1º Compete à Comissão de Atribuição de Aulas, observadas as normas legais e respeitada a classificação dos docentes, atribuir aulas nas unidades escolares e no Departamento Municipal de Educação durante o ano letivo em curso.

III – Da Jornada de Trabalho

Art. 3º Os ocupantes dos cargos docentes de Professor de Educação Básica I do Quadro do Magistério Municipal, atuantes na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, ficam sujeitos à jornada de trabalho semanal de 30 (trinta horas) de 60 (sessenta) minutos equivalentes a 36 (trinta e seis) aulas de 50 (cinquenta) minutos, sendo:

- 24 (vinte e quatro) aulas de (50 minutos) em atividades com alunos; e
- 12 (doze) aulas de (50 minutos) de trabalho pedagógico, das quais 2 (duas) aulas de (50 minutos) cumpridas na Unidade Escolar, coletivamente com seus pares e 10 (dez) aulas de (50 minutos) em local de livre escolha docente.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA - SP

Imprensa Oficial Instituída pela Lei Municipal nº 3.360/2021
Decreto nº 6.675 de 14 de Janeiro de 2021



Quinta-Feira, 24 de Novembro de 2022

Ano I | Edição nº 447

Página 4 de 39

Secretaria de Gabinete-GAP



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua XV de Novembro, 714, Centro – Telefone: (18) 3361 8440
Estância Turística de Paraguaçu Paulista – São Paulo – CEP 19700-015
E-mail: educacao@eparaguacu.sp.gov.br

Art. 4º Os ocupantes dos cargos docentes de Professor de Educação Básica II do Quadro do Magistério Municipal ficarão sujeitos às seguintes jornadas de trabalho semanais:

I) Jornada Inicial: 24h10min (vinte e quatro horas e dez minutos) de 60 (sessenta) minutos equivalentes a 29 (vinte e nove) aulas de 50 (cinquenta) minutos, sendo:

- 19 (dezenove) aulas de 50 (cinquenta) minutos em atividades com alunos; e
- 10 (dez) aulas de 50 (cinquenta) minutos de trabalho pedagógico, das quais 2 (duas) aulas de 50 (cinquenta) minutos cumpridas na Unidade Escolar, coletivamente com seus pares, e 8 (oito) aulas de 50 (cinquenta) minutos em local de livre escolha docente.

II) Jornada Básica: 30h (trinta horas) de 60 (sessenta) minutos equivalentes a 36 (trinta e seis) aulas de 50 (cinquenta) minutos, sendo:

- 24 (vinte e quatro) aulas de 50 (cinquenta) minutos em atividades com alunos; e
- 12 (doze) aulas de 50 (cinquenta) minutos de trabalho pedagógico, das quais 2 (duas) aulas de 50 (cinquenta) minutos cumpridas na Unidade Escolar, coletivamente com seus pares, e 10 (dez) aulas de 50 (cinquenta) minutos em local de livre escolha docente.

III) Jornada Integral: 40h (quarenta horas) de 60 (sessenta) minutos equivalentes a 48 (quarenta e oito) aulas de 50 (cinquenta) minutos, sendo:

- 32 (trinta e duas) aulas de 50 (cinquenta) minutos em atividades com alunos; e
- 16 (dezesseis) aulas de 50 (cinquenta) minutos de trabalho pedagógico, das quais 4 (quatro) aulas de 50 (cinquenta) minutos cumpridas na Unidade Escolar, coletivamente com seus pares, e 12 (doze) aulas de 50 (cinquenta) minutos em local de livre escolha docente.

Art. 5º A Jornada Integral de Trabalho Docente efetivar-se-á somente quando o Professor constituir Jornada em uma única Unidade Escolar.

Parágrafo Único. O Professor que optar por Jornada Integral e não conseguir constituir em uma mesma Unidade Escolar, automaticamente, a sua jornada será efetivada pela Jornada Básica.

Art. 6º Para cumprimento do disposto nos artigos anteriores, as jornadas de trabalho docente são compostas de aulas com duração de 50 (cinquenta) minutos.

§ 1º Os docentes não efetivos, que não estão sujeitos às jornadas previstas no artigo anterior, serão atribuídos conforme a carga horária que, efetivamente,



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA - SP

Imprensa Oficial Instituída pela Lei Municipal nº 3.360/2021
Decreto nº 6.675 de 14 de Janeiro de 2021



Quinta-Feira, 24 de Novembro de 2022

Ano I | Edição nº 447

Página 5 de 39

Secretaria de Gabinete-GAP



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua XV de Novembro, 714, Centro – Telefone: (18) 3361 8440
Estância Turística de Paraguaçu Paulista – São Paulo – CEP 19700-015
E-mail: educacao@eparaguacu.sp.gov.br

vierem a cumprir, observada a tabela seguinte, que também se aplica aos efetivos cuja carga horária atual ultrapasse o número de horas da jornada de trabalho em que estejam incluídos.

CARGA HORÁRIA MENSAL (HORAS)	CARGA HORÁRIA SEMANAL (HORAS)	AULA DE 50 MINUTOS		
		COM ALUNOS	TRABALHO PEDAGÓGICO NA ESCOLA	LOCAL LIVRE
200	40	32	4	12
195	39	31	3	12
190	38	30	3	12
185	37	29	3	12
175	35	28	3	11
170	34	27	2	11
165	33	26	2	11
160	32	25	2	11
150	30	24	2	10
145	29	23	2	9
140	28	22	2	9
135	27	21	2	9
125	25	20	2	8
120,50	24h10	19	2	8
115	23	18	2	7
110	22	17	2	7
100	20	16	2	6
95	19	15	2	5
90	18	14	2	5
85	17	13	2	5
75	15	12	2	4
70	14	11	2	3
65	13	10	2	3
60	12	9	2	3
50	10	8	2	2
45	9	7	2	1
40	8	6	2	1
35	7	5	2	1
25	5	4	2	0
20	4	3	1	0
15	3	2	1	0
10	2	1	1	0

§2º A atribuição do número máximo de aulas ao docente fica condicionada à existência de aulas disponíveis na Rede Municipal de Ensino de Paraguaçu Paulista, atendidos todos os classificados na constituição de jornada.

§ 3º A atribuição de aulas ao PEB II para completar a constituição de jornada, esgotadas as aulas da disciplina do cargo, dar-se-á com aulas livres das disciplinas não específicas da mesma licenciatura, porém sempre após atendimento aos titulares de cargo específicos dessas disciplinas.



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua XV de Novembro, 714, Centro – Telefone: (18) 3361 8440
Estância Turística de Paraguaçu Paulista – São Paulo – CEP 19700-015.
E-mail: educacao@eparaguacu.sp.gov.br

§ 4º O aumento de carga horária ao docente titular de cargo, que se encontre afastado a qualquer título, somente será concretizado, para todos os fins, na efetiva assunção de seu exercício.

Art. 7º As aulas do curso de Educação de Jovens e Adultos – EJA/Suplência (5º ao 8º ano) apenas poderão ser atribuídas para compor a jornada de trabalho, desde que haja continuidade de classes/aulas no 2º semestre.

§ 1º Para fins de dispensa ou redução de carga horária do docente com aulas atribuídas no curso de Educação de Jovens e Adultos, considera-se como término do primeiro semestre o primeiro dia letivo do segundo semestre.

§ 2º A classe do curso de Educação de Jovens e Adultos – EJA/Suplência (1º ao 4º ano) será atribuída para docente temporário, compondo a jornada inicial.

Art. 8º As horas de trabalho pedagógico revestem-se de duas modalidades: aquelas que devem ser cumpridas na escola para a realização de reuniões, de outras atividades pedagógicas, de estudos e de atendimento a pais de alunos e aquelas que devem ser cumpridas em local de livre escolha do docente, destinados à preparação de aulas e à avaliação do desempenho escolar dos alunos.

§ 1º As horas de trabalho pedagógico integram as jornadas de trabalho dos docentes, sendo, portanto, obrigatórias.

§ 2º Conforme o art. 6º, a tabela dispõe sobre a quantidade de horas de trabalho pedagógico a serem cumpridas, tanto na escola quanto em local de livre escolha, de acordo com a quantidade de aulas atribuídas.

§ 3º Os Professores de Educação Básica I do Quadro do Magistério Municipal, atuantes na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental regentes de salas de aula devem cumprir o HTPC (hora de trabalho pedagógico coletivo) no contraturno de trabalho, com seus pares, em sua Sede de Exercício, às terças-feiras.

§ 4º Os Professores do Ensino Fundamental II devem cumprir o HTPC (hora de trabalho pedagógico coletivo), em sua Sede de Exercício, às quartas-feiras, a partir das 18 horas.

IV – Da Carga Suplementar

Art. 9º Para os docentes efetivos com aulas atribuídas a título de Carga Suplementar e para os docentes não efetivos, aos quais não se aplicam as jornadas de trabalho docente, aplicar-se-á a Tabela prevista no art. 6º.

Art. 10. Ao docente titular de cargo, poderá ser atribuída Carga Suplementar, desde que feita a opção no Anexo I, obedecida sua classificação, respeitado o



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA - SP

Imprensa Oficial Instituída pela Lei Municipal nº 3.360/2021
Decreto nº 6.675 de 14 de Janeiro de 2021

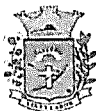


Quinta-Feira, 24 de Novembro de 2022

Ano I | Edição nº 447

Página 7 de 39

Secretaria de Gabinete-GAP



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua XV de Novembro, 714, Centro – Telefone: (18) 3361 8440
Estância Turística de Paraguaçu Paulista – São Paulo – CEP 19700-015
E-mail: educacao@eparaguacu.sp.gov.br

limite máximo estabelecido.

§1º Considera-se docente titular o servidor efetivo possuidor de classe/aulas próprias.

§2º Os docentes titulares (efetivos) que tenham atribuídas para si aulas e/ou projetos a título de carga suplementar, caso venha a desistir da referida carga suplementar ficarão impedidos de participar do processo de atribuição de qualquer modalidade de classes/aulas e/ou projetos para o mesmo ano letivo, conforme previsto nesse parágrafo e de acordo com o artigo 34 da presente deliberação.

Art. 11 O professor que for convidado para exercer cargo comissionado, aceitando o encargo (convite), obrigatoriamente, deverá desistir da Carga Suplementar, sendo afastado pelo cargo exercido atualmente, excluída a Carga Suplementar, não mais fazendo jus aos proventos referentes à referida carga.

V – Da Sede de Exercício

Art. 12 Aos docentes titulares de cargo PEB I, a Sede de Exercício é fixada na Unidade Escolar em que exercem seus cargos.

Art. 13 Aos docentes titulares de cargo PEB II, a Sede de Exercício é fixada na Unidade Escolar que tiver maior número de aulas atribuídas.

VI – Do Acúmulo de Cargos

Art. 14 Quanto à situação de Acúmulo de Cargo, será observado o Decreto Estadual nº 41.915/97, a Lei Complementar nº 836/97, art. 12, § 2º, e a Lei Complementar nº 1.207/2013, art. 3º, inciso II, § II, os quais prevêem que, na hipótese de acumulação de dois cargos docentes, a carga total não poderá ultrapassar o limite de 65 horas semanais.

§ 1º O intervalo entre as jornadas de trabalho dos cargos poderá ser reduzido até o mínimo de 15 minutos, quando se tratarem de escolas da Rede Municipal de Paraguaçu Paulista.

§ 2º Constatado, em qualquer momento, o não cumprimento dos itens anteriores, o Acúmulo de Cargo será negado ou revogado.

VII – Docente Adido

Art. 15 O docente que não tiver sua constituição de jornada preenchida inicialmente será declarado Adido junto ao Departamento Municipal de Educação e deverá, obrigatoriamente, participar das atribuições, devendo assumir, conforme a ordem abaixo:



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA - SP

Imprensa Oficial Instituída pela Lei Municipal nº 3.360/2021
Decreto nº 6.675 de 14 de Janeiro de 2021



Quinta-Feira, 24 de Novembro de 2022

Ano I | Edição nº 447

Página 8 de 39

Secretaria de Gabinete-GAP



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua XV de Novembro, 714, Centro – Telefone: (18) 3361 8440
Estância Turística de Paraguaçu Paulista – São Paulo – CEP 19700-015
E-mail: educacao@eparaguacu.sp.gov.br

- I - classes/aulas livres em qualquer Unidade Escolar;
- II - substituições em qualquer Unidade Escolar;
- III - classes/aulas livres que vierem a ser criadas, em qualquer momento;
- IV - oficinas e projetos.

Parágrafo Único. Para descaracterizar a situação de adido, o docente deverá assumir classes/aulas livres.

VIII – Do Readaptado

Art. 16 Interrompida a Readaptação do docente no decorrer do ano letivo, ficará o mesmo Adido junto ao Departamento Municipal de Educação e deverá, obrigatoriamente, participar das atribuições a partir da cessação da readaptação, devendo assumir as aulas a ele atribuídas, nos termos do art. 17.

§ 1º O titular de cargo declarado Adido será remunerado no mesmo valor que recebia quando Readaptado, até que lhe seja atribuída nova carga, de acordo com o art. 17.

§ 2º O titular de cargo declarado Adido poderá participar do processo de remoção no decorrer do ano letivo.

IX – Da Atribuição

Art. 17 A atribuição de classes/aulas, no processo inicial, obedecerá às seguintes etapas:

PEB I – na Unidade Escolar

INTERESSADOS	ATRIBUIÇÃO	RESPONSÁVEL
Titular de cargo	Constituição de jornada	Diretor de Escola

PEB II – na Unidade Escolar

INTERESSADOS	ATRIBUIÇÃO	RESPONSÁVEL
Titular de cargo	Constituição de jornada	Diretor de Escola

PEB II – no Departamento Municipal de Educação

INTERESSADOS	ATRIBUIÇÃO	RESPONSÁVEL
Titular de cargo	Constituição de jornada não atendida na UE	Comissão de Atribuição

PEB I e PEB II – no Departamento Municipal de Educação

Titular de cargo – adido – PEB I e PEB II	Constituição de jornada	Comissão de Atribuição
---	-------------------------	------------------------

PEB I e PEB II – no Departamento Municipal de Educação

INTERESSADOS	ATRIBUIÇÃO	RESPONSÁVEL
Titular de cargo PEB I e PEB II (art. 32)	Substituição de professor efetivo afastado por professor efetivo	Comissão de Atribuição



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA - SP

Imprensa Oficial Instituída pela Lei Municipal nº 3.360/2021
Decreto nº 6.675 de 14 de Janeiro de 2021



Quinta-Feira, 24 de Novembro de 2022

Ano I | Edição nº 447

Página 9 de 39

Secretaria de Gabinete-GAP



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua XV de Novembro, 714, Centro - Telefone: (18) 3361 8440
Estância Turística de Paraguaçu Paulista - São Paulo - CEP 19700-015
E-mail: educacao@eparaguacu.sp.gov.br

PEB I e PEB II – no Departamento Municipal de Educação

INTERESSADOS	ATRIBUIÇÃO	RESPONSÁVEL
Titular de cargo PEB I e PEB II	Carga Suplementar	Comissão de Atribuição

§ 1º A atribuição de classes/aulas do ano letivo de 2023 para professores PEB I e PEB II Efetivos, Adidos, dar-se-á de acordo com memorando, portaria ou edital específico expedido pelo Departamento de Educação, em data oportuna.

Art. 18 Ao Professor que não constituir sua jornada de trabalho nas datas, conforme cronograma do art. 17, § 1º, caso não compareça nas datas das atribuições, serão atribuídas aulas ou salas em *ex-officio*, a cargo da Comissão de Atribuição.

X – Do professor admitido em caráter temporário

Art. 19 Compete à Comissão de Atribuição, observadas as normas legais e respeitada a classificação dos docentes PEB I e PEB II, atribuir aulas, salas e projetos remanescentes do processo inicial e no decorrer do ano letivo vigente.

Parágrafo único. A forma de atribuição do professor temporário será realizada adequando-se ao designado pela Comissão constituída para tal ato, podendo acontecer individualmente ou em bloco/grupo de aulas, conforme oportunidade e conveniência da Administração, para melhor adequação do quadro.

Art. 20 Aos professores temporários, será respeitada a ordem de classificação, obtida de acordo com o Processo Seletivo realizado para este fim.

Art. 21 A carga horária do PEB I é 30 (trinta) horas de 60 (sessenta) minutos equivalentes a 36 (trinta e seis) aulas de 50 (cinquenta) minutos, sendo:

- 24 (vinte e quatro) aulas de 50 (cinquenta) minutos em atividades com alunos; e
- 12 (doze) aulas de 50 (cinquenta) minutos de trabalho pedagógico, das quais 2 (duas) aulas de 50 (cinquenta) minutos cumpridas na Unidade Escolar, coletivamente com seus pares, e 10 (dez) aulas de 50 (cinquenta) minutos em local de livre escolha docente.

Art. 22 A carga horária do PEB II não poderá ser superior a 40 horas de 60 (sessenta) minutos equivalentes a 48 (quarenta e oito) aulas de 50 (cinquenta) minutos sendo: 32 (trinta e duas) aulas de 50 (cinquenta) minutos em atividades com alunos; e 16 (dezesseis) aulas de 50 (cinquenta) minutos de trabalho pedagógico, das quais 4 (quatro) aulas de 50 (cinquenta) minutos cumpridas na Unidade Escolar, coletivamente com seus pares, e 12 (doze) aulas de 50 (cinquenta) minutos em local de livre escolha docente.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA - SP

Imprensa Oficial Instituída pela Lei Municipal nº 3.360/2021
Decreto nº 6.675 de 14 de Janeiro de 2021



Quinta-Feira, 24 de Novembro de 2022

Ano | Edição nº 447

Página 10 de 39

Secretaria de Gabinete-GAP



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua XV de Novembro, 714, Centro – Telefone: (18) 3361 8440
Estância Turística de Paraguaçu Paulista – São Paulo – CEP 19700-015
E-mail: educacao@paraguacu.sp.gov.br

Parágrafo Único. O professor admitido em caráter temporário, submetido ao Processo Seletivo para Atribuição de Classes/Aulas, será regido pela CLT.

Art. 23 O PEB II temporário terá fixada sua Sede de Exercício na Unidade Escolar em que tiver maior número de aulas atribuídas.

Art. 24 O PEB I temporário terá fixada sua Sede de Exercício na Unidade Escolar em que lhe foi atribuída a classe.

Art. 25 O Professor de Educação Básica Substituto Efetivo PEB I e PEB II possui como Sede de Exercício o Departamento Municipal de Educação e será classificado de acordo com o tempo de serviço e os títulos apurados, obedecida a ordem decrescente de pontuação.

Art. 26 A atribuição de classes/aulas remanescentes do processo inicial aos professores temporários obedecerá às seguintes etapas:

PEB I – no Departamento Municipal de Educação

INTERESSADOS	ATRIBUIÇÃO	RESPONSÁVEL
Temporário PEB I	Atribuição de classes remanescentes	Comissão de Atribuição

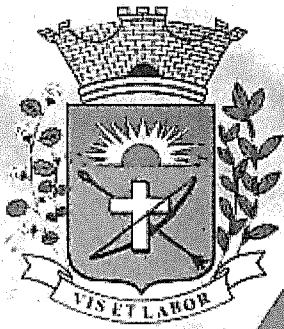
PEB II – no Departamento Municipal de Educação

INTERESSADOS	DISCIPLINA	ATRIBUIÇÃO	RESPONSÁVEL
Temporário PEB II	Português e Inglês	Aulas remanescentes	Comissão de Atribuição
Temporário PEB II	História e Geografia	Aulas remanescentes	Comissão de Atribuição
Temporário PEB II	Matemática e Ciências	Aulas remanescentes	Comissão de Atribuição
Temporário PEB II	Artes	Aulas remanescentes	Comissão de Atribuição
Temporário PEB II	Educação Física	Aulas remanescentes	Comissão de Atribuição
Temporário PEB II	Educação Especial	Aulas remanescentes	Comissão de Atribuição
Temporário PEB II	Educação Especial com Habilitação em Libras	Aulas remanescentes	Comissão de Atribuição

Art. 27 As datas para a realização das etapas previstas neste artigo serão definidas em memorando, portaria ou edital específico, emitida pelo Departamento Municipal de Educação, em data oportuna.

XI – Dos Projetos Especiais

Art. 28 A atribuição dos Projetos Especiais dar-se-á no início das aulas, pela Comissão de Atribuição de Aulas, e serão regida por portaria ou deliberações



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA - SP

Imprensa Oficial Instituída pela Lei Municipal nº 3.360/2021
Decreto nº 6.675 de 14 de Janeiro de 2021



Quinta-Feira, 24 de Novembro de 2022

Ano I | Edição nº 447

Página 11 de 39

Secretaria de Gabinete-GAP



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua XV de Novembro, 714, Centro – Telefone: (18) 3361 8440
Estância Turística de Paraguaçu Paulista – São Paulo – CEP 19700-015
E-mail: educacao@eparaguacu.sp.gov.br

específicas, emitidas pelo Departamento Municipal de Educação, em data oportuna.

XII – Das Disposições Finais

Art. 29 Na existência de matrículas para o Ensino Religioso, estas serão atribuídas exclusivamente aos inscritos habilitados em História, como disciplina específica do cargo, e aos habilitados em Ciências Sociais e Filosofia, como disciplina não específica destas licenciaturas, para compor cargo do titular efetivo.

Art. 30 Os docentes pertencentes ao Programa de Parceria (Estado/Município) deverão apresentar, imediatamente, junto ao Departamento Municipal de Educação, comprovante da quantidade de aulas atribuídas pela Escola Estadual da qual o docente encontra-se afastado, para, junto a este Município, o atendimento ao Ensino Fundamental, de acordo com o Convênio de Parceria, instituído pelo Decreto nº 51.673, de 19 de março de 2007.

Art. 31 O docente que não comparecer ou não se comunicar com a Unidade Escolar no primeiro dia útil subsequente à atribuição perderá a classe ou as aulas e ficará impedido de concorrer a novas atribuições.

Art. 32 As classes e aulas dos titulares de cargo afastados a qualquer título poderão ser oferecidas aos professores efetivos, em caráter substitutivo, até 31/12 do ano em curso.

§ 1º Os professores efetivos que assumirem classes/aulas em caráter substitutivo estão obrigados à permanência até 31/12 do ano em curso.

§ 2º No caso de reassunção do titular do cargo ofertado, o professor que o substituiu retornará, em qualquer tempo, às suas aulas de origem.

Art. 33 As classes e aulas remanescentes de que tratam o artigo anterior, após ofertadas aos professores efetivos, poderão ser atribuídas, em substituição, no Departamento Municipal de Educação, para docentes temporários, os quais, para participar do processo de atribuição, deverão entregar cópias simples do RG, diploma ou Certificado de Conclusão e Histórico Escolar, que ficarão retidas pela mesa da atribuição, bem como estar de posse do original desses documentos ou de cópias autenticadas.

Parágrafo Único. A substituição a que se refere o *caput* deste artigo será por tempo determinado, respeitada a data limite do Calendário Escolar do ano em curso ou até a reassunção do titular.

Art. 34 Os docentes titulares (efetivos) ou não (não efetivos) que venham a desistir de classes/aulas e/ou projetos ou venham a ser desligado com a perda de aulas e/ou projeto nos termos da deliberação que institui os projetos pedagógicos existentes no Município (apoio pedagógico e informática), ficarão impedidos de participar do processo de atribuição de qualquer modalidade de



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA - SP

Imprensa Oficial Instituída pela Lei Municipal nº 3.360/2021
Decreto nº 6.675 de 14 de Janeiro de 2021



Quinta-Feira, 24 de Novembro de 2022

Ano I | Edição nº 447

Página 12 de 39

Secretaria de Gabinete-GAP



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua XV de Novembro, 714, Centro – Telefone: (18) 3361 8440
Estância Turística de Paraguaçu Paulista – São Paulo – CEP 19700-015
E-mail: educacao@eparaguacu.sp.gov.br

classes/aulas e/ou projetos para o mesmo ano letivo, bem como de assumir substituições eventuais.

§ 1º O docente temporário que faltar às aulas de uma determinada classe, sem motivo justo no(s) dia(s) de seu horário semanal nesta classe, por 2 (duas) semanas consecutivas ou 4 (quatro) interpoladas, perderá as aulas da classe, ficando impedido de participar de outras atribuições durante o ano.

§ 2º É permitida ao docente temporário a desistência de aulas, com finalidade de redução de Unidade Escolar, com número igual ou maior ao que ministra.

Art. 35 Os docentes titulares de cargo que não optarem, ou que venham a desistir da carga suplementar já atribuída, ficarão impedidos de participar do processo de atribuição de qualquer modalidade de classes/aulas e/ou projetos para o mesmo ano letivo.

§ 1º É permitido aos docentes titulares de cargo a desistência das aulas suplementares, com finalidade de redução de Unidade Escolar, com número igual ou maior ao que ministra.

Art. 36 Ficam estabelecidas sessões de atribuição de classes e aulas, a cargo da Comissão de Atribuição de Aulas, no decorrer do ano letivo, referentes às aulas ainda remanescentes ao processo inicial e àquelas que surgirem ao longo do ano.

§ 1º As substituições de período superior a trinta dias de classes/aulas serão divulgadas com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da sessão de atribuição, por meio de memorando, afixado no Departamento Municipal, para conhecimento dos interessados.

§ 2º No ato da atribuição, necessariamente, o docente interessado deverá entregar cópias simples do RG, do diploma ou Certificado de Conclusão e do Histórico Escolar, bem como estar de posse do original desses documentos ou de cópias autenticadas.

§ 3º As sessões de atribuição a que se refere o *caput* deste artigo serão realizados sempre às quartas-feiras, no Departamento Municipal de Educação, às 9h, para o PEB I e, às 10h, para o PEB II.

§ 4º As classes e aulas de titulares ou não, afastados por período igual ou inferior a trinta dias, deverão ser atribuídas na própria Unidade Escolar, uma vez que o Diretor de Escola poderá optar:

- a) pelo professor efetivo da Unidade Escolar (respeitando a classificação dos professores efetivos da UE);
- b) pelo professor efetivo da Rede Municipal (respeitando a classificação dos professores efetivos da Rede Municipal); e
- c) pelo professor do processo seletivo vigente.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA - SP

Imprensa Oficial Instituída pela Lei Municipal nº 3.360/2021
Decreto nº 6.675 de 14 de Janeiro de 2021



Quinta-Feira, 24 de Novembro de 2022

Ano I | Edição nº 447

Página 13 de 39

Secretaria de Gabinete-GAP



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua XV de Novembro, 714, Centro – Telefone: (18) 3361 8440
Estância Turística de Paraguaçu Paulista – São Paulo – CEP 19700-015
E-mail: educacao@eparaguacu.sp.gov.br

Art. 37 Os professores Readaptados serão classificados entre seus pares, mas não terão classes/aulas atribuídas.

Art. 38 Os recursos referentes ao processo de atribuição de classes/aulas não terão efeito suspensivo nem retroativo e deverão ser interpostos no prazo de 2 (dois) dias úteis após a ocorrência do fato motivador, dispondo a autoridade recorrida de igual prazo para decisão.

Art. 39 Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Conselho Municipal de Educação da Estância Turística de Paraguaçu Paulista,
18 de novembro de 2022.

Conselheira – Edilene Cristina de Castro Palma